



Câmara Municipal de Castanheira de Pera

ACTA N° 22/2002

Data da reunião ordinária: 28-11-2002

Início da reunião: 10:00 horas

Términus da reunião: 12:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal de Castanheira de Pera que comparecem à reunião:

Presidente: Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques

Vereadores:

Fernando José Pires Lopes
Bebiano Antunes Rosinha
Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia
António Alves Henriques

Outras Pessoas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria da Conceição Silva Soares

Cargo: Técnica Superior de 1ª Classe

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

Resumo diário da Tesouraria: 27-11-2002

Operações Orçamentais: 849.350,61

Operações de Tesouraria: 270.052,32

ABERTURA

-----Aos vinte e oito dias do mês de Novembro de dois mil e dois, nesta vila de Castanheira de Pera e sala de reuniões sita no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência do Senhor Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques e a presença dos Vereadores Senhores Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia, Fernando José Pires Lopes, Bebiano Antunes Rosinha e António Alves Henriques.-----
-----Pelas dez horas foi considerada aberta a reunião.-----

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRIMEIRO-----

-----O Senhor Vereador Prof. Fernando Lopes informou que o Decreto-Lei nº 57/2002, de 11 de Março, veio alterar o regime jurídico da instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas.-----
-----Pelo exposto, a Câmara Municipal delibera por unanimidade, nos termos do nº2 do artigo 49º do citado diploma, notificar por via postal e edital os proprietários dos estabelecimentos já existentes, para procederem à adaptação dos mesmos ao novo quadro legal.-----

SEGUNDO-----

-----ETERMAR - Empresa de Obras Terrestres e Marítimas - Empreitada de "CONSTRUÇÃO DO AÇUDE/PARQUE AZUL"-----
-----Presente parecer técnico da fiscalização da empreitada "Construção do Açude/Parque Azul". Deliberado, por unanimidade, aceitar as alterações pontuais a introduzir na referida empreitada, nos termos, condições e fundamentos constantes do indicado parecer, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

TERCEIRO-----

-----Concurso Público para a Execução da Empreitada de "CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA NOTABILIDADE E CENTRO DESPORTIVO" - RECURSO HIERÁRQUICO-----
-----Presente Recurso Hierárquico (da decisão tácita de indeferimento da reclamação apresentada perante a comissão de abertura do concurso) interposto pela sociedade "Teixeira Duarte-Engenharia e Construções, S.A," excluída do concurso em epígrafe, na fase da qualificação dos concorrentes.-----
-----A decisão de exclusão teve como fundamento o facto da concorrente apresentar uma situação de responsabilidade de crédito em contencioso, o que nos termos da alínea b) do ponto 19.3 do Programa de Concurso constitui causa de exclusão do mesmo.-----
-----A existência ou inexistência de situações de responsabilidade (de crédito em mora ou em contencioso) das empresas no sistema financeiro decorre da informação constante do documento emitido pelo Banco de Portugal, documento de apresentação obrigatória, conforme resulta do n.º 1 do art.º 69.º do DL n.º 59/99, de 2 de Março.-----
-----Para além da expressa exigência legal, a declaração do Banco de Portugal foi também solicitada pelo dono da obra na alínea c) do ponto 15.1 do Programa de Concurso.-----
-----Deste modo, o conteúdo do documento em questão foi, necessariamente, considerado na avaliação da capacidade económico-financeira dos concorrentes, aliás a razão de ser da

sua apresentação.-----
-----De resto, a lei confere ao dono da obra a faculdade de avaliar a capacidade económico- financeira dos concorrentes "...em função dos elementos escolhidos pelo dono da obra e comprovados nos termos do disposto nos artigos 67.º e seguintes.", art.º 56.º do DL n.º 59/99, de 2 de Março.-----
-----Por outro lado, o Programa de Concurso era explícito quanto às consequências decorrentes da existência de responsabilidades por crédito em mora ou em contencioso.-----
-----Foi, assim, em condições de igualdade e com conhecimento dos critérios e termos concursais que os vários concorrentes se apresentaram a concurso.-----
-----Termos e critérios que desde o momento da sua publicitação até à fase da qualificação não suscitaram qualquer reacção por parte dos concorrentes.-----
-----Sendo certo que a partir do momento em que entregam as propostas (lato sensu) os concorrentes se sujeitam às normas legais e regulamentares (predefinidas e já conhecidas) que conformam o procedimento.-----
-----Por outro lado, os princípios e regras que enformam o procedimento administrativo impõem-se, de igual modo, ao dono da obra, vinculando-o aos termos negociais por ele predefinidos e publicitados, não podendo o mesmo deixar de observá-los, o que a ocorrer implicaria uma clara subversão e violação daquelas regras e princípios.-----
-----O que significa a impossibilidade de qualquer alteração, a posteriori, dos critérios estipulados no Programa de Concurso, sob pena de não serem observados, entre outros, os princípios da publicidade, transparência, igualdade e imparcialidade.-----
-----Pelo exposto entende-se não merecer acolhimento a pretensão da recorrente, pelo que se delibera, por unanimidade, manter a decisão de exclusão da concorrente "Teixeira e Duarte", proferida pela Comissão de Abertura do Concurso.-----

QUARTO-----

-----Concurso Público para a Execução da Empreitada de "CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA NOTABILIDADE E CENTRO DESPORTIVO" - RECURSO HIERÁRQUICO-----
-----Presente Recurso Hierárquico (da decisão tácita de indeferimento da reclamação apresentada perante a comissão de abertura do concurso) interposto pela sociedade "Cabral & Filhos, S.A. - Empreiteiros de Construção Civil e Obras Públicas" excluída do concurso em epígrafe, na fase da qualificação dos concorrentes.-----
-----A decisão de exclusão teve como fundamento o facto da concorrente apresentar uma situação de responsabilidade de crédito em mora, o que nos termos da alínea a) do ponto 19.3 do programa de concurso constitui causa de exclusão do mesmo.-----
-----A existência ou inexistência de situações de responsabilidade (de crédito em mora ou em contencioso) das empresas no sistema financeiro decorre da informação constante do documento emitido pelo Banco de Portugal, documento de apresentação obrigatória, conforme resulta do n.º 1 do art.º 69.º do DL n.º 59/99, de 2 de Março.-----
-----Para além da expressa exigência legal, a declaração do Banco de Portugal foi também solicitada pelo dono da obra na alínea c) do ponto 15.1 do Programa de Concurso.-----

Reunião de 28 de Novembro de 2002

-----Deste modo, o conteúdo do documento em questão foi, necessariamente, considerado na avaliação da capacidade económico-financeira dos concorrentes, aliás a razão de ser da sua apresentação.-----

-----De resto, a lei confere ao dono da obra a faculdade de avaliar a capacidade económico-financeira dos concorrentes "...em função dos elementos escolhidos pelo dono da obra e comprovados nos termos do disposto nos artigos 67.º e seguintes.", art.º 56.º do DL n.º 59/99, de 2 de Março.-----

-----Por outro lado, o Programa de Concurso era explícito quanto às consequências decorrentes da existência de responsabilidades por crédito em mora ou em contencioso.-----

-----Foi, assim, em condições de igualdade e com conhecimento dos critérios e termos concursais que os vários concorrentes se apresentaram a concurso.-----

-----Termos e critérios que desde o momento da sua publicitação até à fase da qualificação não suscitaram qualquer reacção por parte dos concorrentes.-----

-----Sendo certo que a partir do momento em que entregam as propostas (lato sensu) os concorrentes se sujeitam às normas legais e regulamentares (predefinidas e já conhecidas) que conformam o procedimento.-----

-----Por outro lado, os princípios e regras que enformam o procedimento administrativo impõem-se, de igual modo, ao dono da obra, vinculando-o aos termos negociais por ele predefinidos e publicitados, não podendo o mesmo deixar de observá-los, o que a ocorrer implicaria uma clara subversão e violação daquelas regras e princípios.-----

-----De onde resulta a impossibilidade de qualquer alteração, a posteriori, dos critérios estipulados no Programa de Concurso, sob pena de não serem observados, entre outros, os princípios da publicidade, transparência, igualdade e imparcialidade.-----
Revela-se, deste modo, inviável atender, como pretende a recorrente, a novos documentos de habilitação dos concorrentes, como é o caso da declaração apresentada por uma instituição bancária, cujo conteúdo diverge, além do mais, da informação prestada pelo Banco de Portugal.-----

-----De facto, tomar em consideração (novos) elementos apenas em relação a um dos concorrentes, elementos que, além do mais, não são exigidos pela lei ou pelo Programa de Concurso, não se nos afigura compatível com a observância, do princípio da imparcialidade, na vertente da igualdade de tratamento.-----

-----Pelo exposto entende-se não merecer acolhimento a pretensão da recorrente, pelo que se delibera, por unanimidade, manter a decisão de exclusão da concorrente "Cabral & Filhos", proferida pela comissão de abertura do concurso.-----

BALANCETE DE TESOURARIA

-----OPERAÇÕES DE TESOURARIA - 270.052,32-----

-----OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS - 849.350,61-----

OBRAS PARTICULARES

PRIMEIRA-----

-----ARMANDO MANUEL SARAIVA DOS SANTOS requer aprovação do Projecto de Especialidades (alterações) referente à construção de moradia, sita em Carregal Cimeiro - Castanheira de Pera.-----

-----Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

Reunião de 28 de Novembro de 2002

OBRAS PARTICULARES

SEGUNDA

-----JOSÉ DA SILVA COSTA requer aprovação do Projecto de Especialidades referente à construção de moradia, sita em Moredos - Castanheira de Pera.-----

-----Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR MAIORIA

-----GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA 2002/2003-----

-----Presente proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2003, elaborado no uso da competência que é atribuída pela alínea c) do nº2, do artigo 64º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, que apresenta os seguintes valores:

- Grandes Opções do Plano - € 14.752.505,00-----

- Orçamento da Receita e da Despesa - € 17.384.828,00-----

-----Submetidos os referidos documentos a votação foram os mesmos aprovados pela Câmara Municipal com três votos a favor e duas abstenções dos membros eleitos pelo PSD. Deliberado submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b), do nº2, do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE

PRIMEIRA

-----EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO - Recurso a Crédito pela Câmara Municipal de Castanheira de Pera-----

-----Os empréstimos a curto prazo destinam-se, nos termos da Lei, a fazer face a dificuldades de tesouraria, não sendo, pois, considerados como receitas orçamentais. De facto, estes empréstimos mais não representam que a antecipação da cobrança de receitas. Nestes termos e usando a competência que lhe é conferida pela alínea a), do nº 6, do artigo 64º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera delibera propor à Assembleia Municipal que conceda autorização para a contracção de um empréstimo a curto prazo, até ao valor de 10% das receitas provenientes das participações do município nos Impostos do Estado, conforme previsto no nº1 do artigo 24º, da Lei nº42/98, de 6 de Agosto - Lei das Finanças Locais - com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº2/02, de 28 de Agosto.-----

SEGUNDA

-----SAP CONCELHIO-----

-----O Senhor Presidente informou que segundo comunicação da Directora do Centro de Saúde de Castanheira de Pera o horário de funcionamento do SAP Concelhio será reduzido, passando a funcionar apenas até às 20.00 horas, a partir de Janeiro 2003.---

-----A Câmara delibera, por unanimidade, manifestar junto dos órgãos próprios, nomeadamente do Coordenador da sub-região de Leiria, o desagrado do Executivo face a esta decisão e exigir o alargamento do horário até às 00.00 horas.-----

-----Mais delibera remeter o assunto à apreciação da Assembleia Municipal.-----

-----O Dr. Nuno Correia disponibilizou-se para desenvolver diligências junto do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde,

Reunião de 28 de Novembro de 2002

no sentido de ser acolhida esta pretensão.-----

TERCEIRA-----

-----AQUISIÇÃO DE VIATURA MUNICIPAL-----

-----Considerando que a autarquia não dispõe de viatura para as deslocações do Presidente e Vereação, a Câmara Municipal delibera por unanimidade proceder à aquisição de uma viatura, logo que se considere existirem as condições financeiras para tal.-----

QUARTA-----

-----PARQUES EÓLICOS-----

-----Verificada a existência de situações que motivaram atraso no início da concretização do projecto alusivo aos parques eólicos, relacionados nomeadamente com factores burocráticos do processo de licenciamento, torna-se necessário realizar ajustamentos à escritura de contrato-promessa de constituição do direito de superfície, outorgada em um de Agosto de dois mil e um no Cartório Privativo desta Câmara Municipal. Nestes termos, delibera a Câmara Municipal, aprovar as alterações à indicada escritura, constante de minuta de escritura cuja cópia se junta dando-se aqui por reproduzida para todos os efeitos legais, deliberando-se a outorga da mesma nos seus precisos termos. Mais delibera submeter o assunto a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da Lei.-----

QUINTA-----

-----PONTE DOS ESCONHAIS-----

-----Considerando que a Variante Moredos-Fervença irá gerar um aumento de tráfego sobre a Ponte dos Esconhaís, torna-se necessário proceder a uma vistoria sobre a segurança da mesma.---

-----A Câmara delibera por unanimidade oficialiar ao Instituto de Estradas de Portugal para proceder à realização da mencionada vistoria e remeter exposição ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas propondo a realização de contrato-programa a fim de financiar a construção de nova ponte que a substitua, já que a actual não reúne as condições para o tráfego actual.-----

SEXTA-----

-----CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA-----

-----A Câmara Municipal de Castanheira de Pera delibera, nos termos da alínea a), do nº6, do artigo 64º e da alínea f), do nº2, do artigo 53º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, que se submeta a autorização da Assembleia Municipal a fixação em 1% da Taxa de Contribuição Autárquica, a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos situados neste concelho, conforme estabelecido nos termos legais.-----

SÉTIMA-----

-----RED PORTUGUESA - Publicidade Exterior, S.A. solicita a deslocação do painel publicitário instalado na EN 236-1.-----

-----A Câmara delibera pedir informação sobre as distâncias a que o mesmo vai ser colocado para posterior tomada de decisão.-----

OITAVA-----

-----QUEIMA DAS FITAS-----

-----Os alunos do 3º ano do curso de Serviço Social do Instituto Superior Bissaya Barreto de Coimbra solicitam publicidade da Câmara nas plaquetes que serão distribuídas no cortejo da queima das fitas.-----

-----Considerando que frequenta o referido curso uma estudante

Reunião de 28 de Novembro de 2002

natural de Castanheira de Pera, deliberado reservar 1/4 de página.-----

NONA-----

-----EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO - MANUTENÇÃO-----

-----A DPM - Tratamento de Águas, Ar Ambiente e Exploração de Etar's é uma empresa especialista na prevenção da "legionella". A fim de prevenir eventuais perigos para a saúde pública, a Câmara delibera contactar esta empresa, solicitando esclarecimento acerca do equipamento de ar condicionado utilizado nos edifícios públicos do concelho e apresentação de proposta para tratamento preventivo.-----

DÉCIMA-----

-----AMICAPER - PEDIDO DE SUBSÍDIO-----

-----Presente ofício da AMICAPER - Associação de Apoio às Actividades Culturais e Recreativas em que expõe a sua actividade em diversas áreas e solicita um aumento da comparticipação mensal em € 250.-----

-----Deliberado solicitar Plano de Actividades e Orçamento para posterior decisão.-----

DÉCIMA PRIMEIRA-----

-----SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - Campanha de Fundos para Compra da Nova Sede Nacional-----

-----Presente ofício do STAL solicitando a comparticipação da Câmara na compra de instalações para a sede nacional. Tomado conhecimento.-----

DÉCIMA SEGUNDA-----

-----INTERNET - REDE NAS ESCOLAS COM A COLABORAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA-----

-----Todas as escolas do concelho foram dotadas com equipamento de acesso à Internet, havendo algumas que não possuem recursos para aquisição de consumíveis para o efeito. Em consequência, a Câmara delibera atribuir subsídio anual ao Agrupamento de Escolas no valor de € 598,96, viabilizando assim a utilização desta nova vertente que contribuirá para a formação dos alunos na área das novas tecnologias.-----

DÉCIMA TERCEIRA-----

-----VISITA À ESCOLA DA PONTE - VILA DAS AVES-----

-----O Senhor Vereador Prof. Fernando Lopes informou a Câmara da necessidade de disponibilizar transporte para duas deslocações de um grupo de professores à Escola da Ponte em Vila das Aves.-----

-----A Câmara delibera por unanimidade ceder o referido transporte.-----

DÉCIMA QUARTA-----

-----FESTA DE NATAL - ESCOLAS DO CONCELHO-----

-----Promovida pelas escolas do concelho - Ensino Básico e Jardim de Infância - vai ser levada a efeito uma festa de Natal das crianças do nosso município.-----

-----A Câmara, no âmbito das competências que lhe são atribuídas pela alínea b), do nº4, do artigo 64º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera apoiar a iniciativa participando com um subsídio de € 500 destinado às actividades culturais que integram a festa.-----

DÉCIMA QUINTA-----

-----ESTÁGIO PROFISSIONAL-----

Reunião de 28 de Novembro de 2002

-----Hugo Renato Correia Rocha, licenciado em Gestão e Administração Pública pelo Instituto Superior Bissaya Barreto de Coimbra, solicita estágio profissional nesta área.-----

-----Considera-se que neste momento não há condições para proporcionar o estágio solicitado.-----

DÉCIMA SEXTA-----

-----FUN SCIENCE - CIÊNCIA DIVERTIDA-----

-----A "DCJ - Divulgação de Ciência a Jovens, Lda." apresenta o projecto Ciência Divertida que visa oferecer actividades alternativas a fim de melhorar o desenvolvimento educacional das crianças.-----

-----A Câmara Municipal delibera solicitar o envio de protocolo para análise.-----

DÉCIMA SÉTIMA-----

-----Presente requerimento de JORGE ALÍPIO MARQUES FERREIRA SANTOS solicitando informação sobre o procedimento a seguir para construção de uma pizzeria no lote nº50 da Urbanização das Piscinas.-----

-----Deliberado remeter o assunto aos serviços jurídicos para informação e posterior decisão desta Câmara.-----

DÉCIMA OITAVA-----

-----MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO-----

-----Ao abrigo do Decreto-Lei nº5-A/99, de 22 de Fevereiro, a Câmara Municipal delibera aprovar a 7ª Alteração ao Orçamento, no valor de € 13.000, por reforço e anulação.-----

DÉCIMA NONA-----

-----MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO-----

-----Ao abrigo do Decreto-Lei nº5-A/99, de 22 de Fevereiro, a Câmara Municipal delibera aprovar a 7ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de € 2.200, por reforço e anulação.---

VIGÉSIMA-----

-----PAGAMENTOS-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento dos pagamentos efectuados e autorizados, registados sob os números 2169, 2180 a 2189, 2192 a 2228, 2232, 2235 a 2240, 2242, 2243 e 2245 a 2272, no valor de € 494.742,47 respeitantes a despesas orçamentais e delibera por unanimidade ratificá-los.-----

ENCERRAMENTO

-----E não havendo mais assunto algum a tratar, foi encerrada a reunião eram doze horas, pelo que de tudo se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta.-----

-----E eu, Maria da Conceição Silva Soares, minutei, mandei lavrar e subscrevo.-----